



O que aconteceu na 29ª reunião do Conselho de Coordenação dos Programas da ONUSIDA (PCB), em Genebra, na Suíça, 13 a 15 de dezembro de 2011?

Resumo:

O principal foco da 29ª reunião do conselho da ONUSIDA foi: 1. sustentabilidade financeira da resposta ao VIH; 2. o VIH e o Sistema Jurídico; e 3. como é que a ONUSIDA tem lidado com as recomendações feitas na Segunda Avaliação Independente (SAI), que avaliou o trabalho da ONUSIDA, entre 2004 e 2009.

1. No seguimento do cancelamento do Ciclo 11, durante a reunião do conselho do Fundo Global (FG), no final de novembro de 2011, mesmo antes da reunião do conselho da ONUSIDA, as considerações sobre financiamentos esteve no centro das atenções nas pré-reuniões da Delegação das ONGs com os Estados-Membros, bem como nas intervenções vindas dos participantes. Os Estados-Membros Doadores mantiveram a sua mensagem de uma forma consistente de dar um apoio sólido à nova estratégia do FG e realçaram que o Fundo não está a atravessar dificuldades financeiras e ainda que nenhum dos programas existentes será eliminado. A Delegação das ONGs centrou-se no Quadro de Investimento e nos financiamentos por parte do Fundo Global para retomarem o Ciclo 11 nas suas intervenções, tentando também perceber mais sobre se o [Mecanismo de Financiamento Transitório](#) será acionado para apoiar as subvenções atuais até 2014. Michel Sidibé fez o apelo a um Fundo Global mais sólido. Houve muito interesse no [Quadro de Investimento](#), com a Delegação das ONGs e os Estados-Membros a apontarem para a necessidade de mais inquéritos e discussão sobre esta ferramenta. O conselho aprovou um ponto de decisão para pedir à ONUSIDA "que lance um processo de inquéritos inclusivos com a máxima brevidade, para considerarem abordagens ao investimento estratégico, incluindo o novo quadro de investimento para a resposta global para o VIH" e para apresentar o relatório sobre o progresso dos trabalhos nas duas próximas reuniões do conselho (junho e dezembro de 2012).

2. A preparação para a reunião foi dominada pelo tópico do VIH e o Sistema Jurídico, apresentado no [relatório anual das ONGs](#) no primeiro dia da reunião e debatida em mais pormenor durante a sessão temática no último dia. Alguns dos Estados-Membros estavam preocupados com a força dos pontos de decisão que foram apresentados pela Delegação das ONGs antes da reunião, que apelava aos estados para trabalhar para abolir as leis penais em torno da exposição, não divulgação e transmissão do VIH, bem como da homossexualidade, do trabalho do sexo e do uso de drogas, e para garantir os direitos de saúde reprodutiva, incluindo os abortos seguros. Havia preocupação por parte dos Estados-Membros em relação à Delegação das ONGs, pois poderiam não aceitar alguns dos pontos de decisão, no respeitante ao aborto e à descriminalização do trabalho do sexo e do uso de drogas, e, por isso, poderiam não aceitar totalmente o relatório. Numa estratégia negociada, a Delegação das ONGs retirou todos os pontos de decisão e apresentou o seu relatório na íntegra com [recomendações](#) que incluíam os pontos de decisão, conseguindo o apoio da maior parte dos Estados-Membros do conselho. A Delegação das ONGs terá a oportunidade, como parte do seguimento da sessão temática sobre o VIH e o Direito, de reintroduzir e defender os pontos de decisão na reunião de junho de 2012.

O tom político da discussão em torno dos direitos humanos, no seguimento da [apresentação do relatório das ONGs](#), continuou a causar polémica. Contrariamente ao que aconteceu na última

reunião, quando os Estados-Membros africanos tiveram opiniões e abordagens divergentes, o Egito pareceu liderar um bloco sólido de Estados-Membros africanos. O [vídeo de abertura](#) apresentado pela Delegação das ONGs e as declarações esmagadoramente favoráveis no início do debate em torno do relatório das ONGs, pode ter contribuído para as respostas mais neutras por parte dos Estados-Membros africanos, que se esperava que rejeitassem completamente o relatório das ONGs, mas não o fizeram.

3. O conselho conheceu o relatório final sobre a [Segunda Avaliação Independente](#) da ONUSIDA. O conselho aceitou que a maior parte das recomendações tivessem sido implementadas, mas a Delegação das ONGs pediu mais trabalho nestas áreas: [estratégia de apoio técnico](#); [desenvolvimento e inclusão de indicadores](#) no que respeita ao envolvimento da Sociedade Civil e ao género na nova ferramenta de orçamento e monitorização da ONUSIDA; e ainda o [documento de orientação](#) para a parceria com a sociedade civil. O conselho solicitou os relatórios intermédios sobre os indicadores e a estratégia de apoio técnico para a próxima reunião.

A Delegação das ONGs tinha estado a trabalhar com o Secretariado da ONUSIDA para desenvolver um modo consistente e mensurável de avaliar como o Programa Conjunto, em todos os Copatrocinadores e o Secretariado, trabalha com a sociedade civil. A Delegação das ONGs realçou o progresso neste trabalho, mas insistiu na necessidade de desenvolver indicadores adicionais que possam ser medidos no orçamento e no quadro de prestação de contas da ONUSIDA.

A Delegação das ONGs trabalhou em parceria com os especialistas da Cooperativa iMAXI e da comunicação social de todos os quadrantes da sociedade civil para trazer mais transparência às tomadas de decisões do conselho da ONUSIDA e ao próprio trabalho da Delegação. Uma rede da sociedade civil no Facebook, no [Twitter](#) e em blogues ajudaram a dar vida às histórias da sociedade civil, não só na sala do conselho, mas também às muitas pessoas que interagiram com o evento [através das plataformas da comunicação social](#). Esta partilha de informação em tempo real permitiu uma participação mais alargada. Obrigado a todos os que participaram virtualmente, em especial a Raheem Janmohammad, membro do INPUD e do Grupo Afegão dos Utilizadores de Drogas, no Afeganistão.

A participação e o apoio demonstrados pelos Observadores da sociedade civil nesta reunião foram essenciais e excecionais. A Delegação das ONGs gostaria de vos elogiar e agradecer pelas excelentes intervenções feitas e a energia que trouxeram à sala. Todas as intervenções podem ser encontradas no nosso site. A atitude e o apoio na sala da reunião foram determinados pela sua presença. O aumento da participação dos Observadores nas reuniões do conselho reforça o trabalho e a responsabilidade dos Delegados das ONGs.

Agradecemos aos Observadores da sociedade civil que apoiaram a Delegação das ONGs!

Temas em Agenda:

Relatório do Diretor Executivo: [Chegar a Zero: É Hora de Moldarmos o nosso Destino](#)

O Relatório do Diretor Executivo (DE) realçou o progresso positivo sobre os direitos humanos e o VIH nas políticas internas e externas dos países. Contudo, isto foi, no fim, dominado pela atenção na redução do financiamento para o VIH e a necessidade de avançar com formas alternativas de financiamento, incluindo um Imposto de Transação Financeira, parcerias privadas e o incentivo aos investimentos nacionais no VIH. A ONUSIDA comprometeu-se com um novo quadro de investimento para perceber onde tal pode ter mais impacto e para aumentar o apoio aos países de grande impacto. O DE também anunciou mudanças de peso no seio da ONUSIDA na sua tentativa de reduzir as despesas na ordem dos 20 a 25% nos próximos dois anos. No seguimento da realização de uma

revisão funcional, a ONUSIDA vai reduzir significativamente os recursos humanos e outros no seu Secretariado de Genebra, no sentido de alocar recursos a escritórios regionais e nacionais.

Em resposta ao relatório do DE, a Delegação das ONGs [expressou a sua desilusão](#) que, ainda mal passaram seis meses dos compromissos de base e dos objetivos claros constantes da [Declaração Política de 2011](#), a resposta global à SIDA encontra-se num ambiente de incerteza financeira, no seguimento do anúncio feito pelo conselho do Fundo Global sobre o cancelamento do próximo ciclo de financiamento e sobre a exclusão de um grande número de países dos benefícios do Mecanismo de Financiamento Transitório. A Delegação das ONGs salientou a importância de se explorarem mecanismos inovadores de financiamento, tais como o [Imposto de Transação Financeira](#), e ainda terem mais atenção no Quadro de Investimento que foi mencionado no relatório do DE e em diversos documentos do conselho.

A Delegação das ONGs fez também o apelo à ONUSIDA para exercer uma liderança forte com os doadores globais e apoiaram o apelo do Reino Unido, da China, dos Estados Unidos e de outros Estados-Membros aos países doadores para honrarem os seus compromissos no sentido de financiarem na íntegra o Fundo Global e os seus compromissos financeiros para darem assistência ao desenvolvimento no exterior, e o acesso universal à prevenção, ao tratamento, ao cuidado e ao apoio do VIH. Eles fizeram o apelo, em particular, ao Secretariado da ONUSIDA para que apoiem os esforços para angariar uns 2 biliões de dólares adicionais para o Fundo Global, realizando possivelmente uma reunião de emergência com os doadores, antes da Conferência Internacional da SIDA em 2012. Endossaram também uma estratégia paralela, de acordo com indicações da Suíça, da Polónia e do Canadá, para sensibilizar os países para os cortes do FG, do Mecanismo de Financiamento de Transformação ou a necessidade de repensar estratégias à luz da perda do Ciclo 11.

A Delegação das ONGs também [fez comentários](#) sobre o uso da comunicação social para o envolvimento da ONUSIDA com os jovens na iniciativa [CrowdOutAIDS](#). Alertaram para o facto de que os inquéritos online não podem substituir o envolvimento planeado para assegurar que as necessidades das populações chave jovens se refletem na estratégia a ser desenvolvida sobre a Liderança da Nova Geração.

Para saber mais sobre o Quadro de Investimento, por favor veja os nossos links para o [artigo da Lancet](#) e a [visão geral em apresentação de slides](#).

[Relatório do representante das ONGs](#)

A Delegação das ONGs apresentou o seu relatório anual, centrando-se estrategicamente no VIH e no Direito. As principais conclusões do relatório:

- O estigma relacionado com o VIH cria um ambiente para leis punitivas, em vez de protetoras.
- As leis e políticas punitivas prejudicam as respostas para o VIH, desmotivando tanto o acesso aos serviços do VIH como a utilização desses mesmos serviços.
- As proteções legais são insuficientes ou não são aplicadas; a experiência da aplicação da lei é negativa.
- Os indivíduos não conhecem os seus direitos.

Levaram a uma série de recomendações:

- Apoiar as campanhas anti-estigma e de educação sobre o VIH para aumentar e fazer cumprir as leis de proteção.
- Opor-se e revogar as leis que criminalizam a não-divulgação, exposição ou transmissão do VIH, da homossexualidade, da diversidade de género, do trabalho do sexo e uso de drogas, e que violam os direitos sexuais e reprodutivos.
- Fomentar leis de proteção e conhecimento das leis de proteção e dos direitos humanos dentro do sistema judicial.

- Apoiar e promover programas para conhecer os seus direitos/leis e acesso à justiça.

A Delegação abriu com uma [apresentação do relatório em vídeo](#), mostrando as histórias e perspectivas de indivíduos e organizações de todo o mundo e salientando as recomendações. Após os comentários favoráveis por parte da maior parte dos Estados-Membros, alguns [Observadores da sociedade civil intervieram](#) dando o seu apoio ao relatório a partir da sala. Estados-Membros como o Egito, a Zâmbia e o Zimbabwe levantaram questões acerca da metodologia do relatório e o papel da sociedade civil no conselho em avançar com questões de fundo para tomada de decisão. O conselho tomou nota do relatório e, assim, a Delegação lançou as bases para os debates de monitorização e potenciais pontos de decisão, como resultado da sessão temática sobre o VIH e o Direito realizada no último dia desta reunião, em junho de 2012.

[Seguimento da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre SIDA](#)

O Secretariado da ONUSIDA [reportou sobre](#) o seguimento da Reunião de Alto Nível (RAN), realçando o papel de liderança da ONUSIDA e a necessidade de financiamentos e sinergias inovadoras da Declaração Política de Alto Nível com a estratégia da ONUSIDA. A Delegação das ONGs deu as boas vindas ao relatório e à inclusão das populações chave na Declaração Política de 2011, mas [observou, com preocupação](#), a exclusão das pessoas transexuais. Lembraram o conselho de que "ninguém pode ser excluído, se temos que alcançar os 3 zeros em 2015." A Delegação [apelou ao](#) investimento continuado e aumentado na pesquisa e desenvolvimento de novas opções de prevenção, incluindo uma vacina contra o VIH, preservativos femininos e mais. Foi mostrada preocupação relativamente ao relatório que coloca grande ênfase nos países de médio rendimento como sendo novos potenciais doadores, ao mesmo tempo que desvalorizaram o papel dos países doadores, em vez de os instar a cumprirem totalmente com os seus compromissos, incluindo os financiamentos para o desenvolvimento, para a ajuda internacional e para o VIH e SIDA.

A Delegação [também interveio](#) nas flexibilidades dos Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual relacionada com o Comércio (TRIPS). A Delegação declarou que a ONUSIDA pode desempenhar uma multiplicidade de papéis neste campo: proteger o acesso aos medicamentos e ao direito à saúde, promovendo as leis anti competição; usar a sua influência para promover a adoção de ambientes reguladores que facilitem a cooperação Sul-Sul e a transferência de tecnologia; e ajudar os governos a desenvolverem a capacidade de implementar políticas públicas de propriedade intelectual para fazerem uso pleno das flexibilidades do TRIPS.

A Delegação [deu as boas vindas](#) à linguagem explícita sobre a eliminação da desigualdade de género e à violência com base no género na Declaração Política, em conjunto com o dinamismo e a linguagem específica no aumento da capacidade das mulheres e meninas em implementarem novas abordagens para se acelerar a igualdade de género e se atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 3, 5 e 6. O desenvolvimento de um pacote essencial de intervenções para o VIH, e direitos à saúde sexual e reprodutiva, a ser lançado em 2012, foi realçado como sendo uma contribuição positiva para proteger as mulheres do VIH.

[Observaram](#) também a referência repetida no relatório ao Quadro de Investimento e, enquanto dando apoio aos princípios na sua base (i.e., dirigindo os recursos para as populações chave, apoiando intervenções com base em evidência e mantendo um foco em instrumentos decisivos, incluindo os determinantes sociais do VIH), referindo que o quadro precisa de ser aperfeiçoado.

A Delegação [enfatizou](#) a necessidade de indicadores qualitativos nos relatórios intermédios nacionais e globais e incentivaram a ONUSIDA a apelar aos inquéritos regionais sobre o acesso universal em 2014, no sentido de ajudar a galvanizar o momento político para a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2016 e para avaliar o progresso no sentido dos objetivos

alcançados até agora. Alguns governos mostraram preocupação acerca da falta de financiamento para convocar reuniões regionais, mas a Delegação das ONGs vai continuar a levantar esta questão.

[Relatório Intermédio sobre o Plano Global em Direção à Eliminação de Novas Infecções por VIH em Crianças até 2015 e à Manutenção das Mães Vivas](#)

A Delegação das ONGs [deu as boas vindas](#) ao [relatório intermédio](#) e recomendou ao conselho que financie na íntegra e que acelere a implementação do novo Fundo Global, de maneira a iniciar as atividades a nível nacional no início de 2012, para que se mantenha o bom caminho na eliminação da transmissão vertical do VIH até 2015.

Reconhecendo, todavia, o compromisso de assegurar o envolvimento da comunidade, a Delegação [observou](#) que muitas pessoas ainda desconhecem o Plano Global ou têm uma compreensão limitada dos seus objetivos e algumas mulheres que vivem com VIH, que participaram em grupos de trabalho técnico sentiram que a sua presença não foi importante.

A Delegação das ONGs incentivou a ONUSIDA a mostrar como é que o Plano Global vai ser financiado à luz do cancelamento do Ciclo 11 e como vai incorporar os recursos financeiros para apoiar a construção da capacidade das comunidades, particularmente as comunidades de pessoas que vivem com VIH, para permitir uma participação total e eficaz em todos os elementos do planeamento e da implementação do Plano Global. A Delegação das ONGs também sugeriu que o termo PMTCT será sempre substituído por "transmissão vertical".

[Segunda Avaliação Independente da ONUSIDA](#)

A ONUSIDA [deu a conhecer](#) o trabalho magnífico resultante da última avaliação da ONUSIDA. Especificamente, o trabalho dos Copatrocinadores e dos Coordenadores Globais foi retificado no seu modus operandi para garantir que existia responsabilidades entre as decisões tomadas pelo PCB e pelos conselhos administrativos e pelos quadros de resultados dos Copatrocinadores. Outras áreas notáveis incluíram: a estratégia de parceria com a sociedade civil (já em execução, enquanto nota de orientação); o Quadro do Orçamento Unificado, Resultados e Prestação de Contas (UBRAF); e o reforço dos direitos humanos e da capacidade em matéria de igualdade entre homens e mulheres a nível nacional.

A Delegação das ONGs [registou com satisfação](#) os esforços para incluir relatórios tendo como base indicadores explícitos por parte do Secretariado e Copatrocinadores sobre os recursos e envolvimento da sociedade civil no UBRF. Eles também realçaram o empenho do Secretariado em trabalhar com a sociedade civil para garantir que os indicadores adequados são desenvolvidos..

A Delegação [incentivou](#) a ONUSIDA a considerar a necessidade de pessoal qualificado na área do género e dos direitos humanos nas próximas alterações no pessoal, em particular aos níveis regional e nacional. Além disso, a avaliação reconheceu a falta de consenso entre a ONUSIDA sobre questões controversas relacionadas com os direitos humanos; assim, a Delegação instou a ONUSIDA, através da implementação do novo Plano Estratégico, para ser mais consistente no destaque dos direitos humanos das pessoas que vivem com VIH, das populações chave em maior risco de contrair o VIH, das mulheres e outras comunidades afetadas pelo VIH e pela SIDA.

A Delegação [deu as boas vindas](#) ao desenvolvimento de orientação para parcerias com a sociedade civil e aguarda com expectativa a sua implementação no contexto da Estratégia da ONUSIDA 2011-2015, apoiada pelo UBRF, bem como por outros programas da ONUSIDA e documentos de elaboração do orçamento. Isto vai permitir que a ONUSIDA encontre a intenção do ponto de decisão original para que tenha uma forma de trabalho com a sociedade civil coerente e mensurável. Além disso, a Delegação das ONGs deu as boas vindas à oportunidade de envolvimento continuado na implementação e revisão das orientações.

A Delegação também [expressou o seu apreço](#) pelo pessoal da associação e incentivou o Secretariado a continuar a sua forma de comunicação aberta e transparente durante a transformação da organização. Isto vai garantir que a ONUSIDA tenha pessoal adequado para cumprir o seu mandato tal como definido no Plano Estratégico, reforçando a necessidade de incorporar pessoal com capacidade de trabalhar em igualdade de género e em direitos humanos.

Matriz dos Resultados, Prestação de Contas e Orçamento da ONUSIDA (UBRAF)

A ONUSIDA [apresentou](#) os indicadores revistos ao UBRAF. A Delegação das ONGs [elogiou](#) o processo inclusivo que levou a estas revisões e deu as boas vindas ao foco nos indicadores da participação da sociedade civil e produtos e resultados mensuráveis respeitantes aos direitos humanos e à igualdade de género. Apesar do comentário de que é necessário mais trabalho em algumas destas áreas.

A Delegação das ONGs [apoiou](#) um apelo a estudos de caso de melhores práticas a serem destacadas na primeira revisão do UBRAF. Os Estados Unidos apresentaram e o conselho aprovou um [ponto de decisão](#) a solicitar à ONUSIDA que dê a conhecer as alterações aos indicadores e desenvolvimentos que dizem respeito ao Grupo de Referência de Monitorização e Avaliação na próxima reunião do PCB.

Assistência Técnica da ONUSIDA

A estratégia de assistência técnica que chegou ao conselho na 27ª reunião do PCB, foi revista como sendo necessária ação mais concreta e monitorização mais transparente, e foi pedida uma estratégia atualizada para esta reunião. O [relatório intermédio](#) que chegou ao conselho nesta reunião foi considerado inadequado. Por conseguinte, o conselho solicitou um processo consultivo, limitado no tempo, para melhor definir o papel da assistência técnica da ONUSIDA na próxima reunião do conselho.

A Delegação das ONGs [solicitou especificamente](#) mais informação acerca das atualizações a serem executadas para validar a assistência técnica da ONUSIDA e ligações mais fortes entre a assistência técnica, o desenvolvimento de capacidades e as respostas específicas a nível nacional.

Próximas reuniões

O tema da próxima reunião temática em dezembro de 2012 será a não-discriminação.

As datas para a 34ª reunião são de 17 a 19 de junho de 2014 e as da 35ª reunião são de 9 a 11 de dezembro de 2014.

Eleição de Dirigentes

Sem outros candidatos indicados, a Polónia foi eleita como presidente, a Índia como Vice-Presidente e os Estados Unidos como Relator para o calendário a iniciar-se a 1 de janeiro de 2012.

Foram aprovados os novos Programas do Conselho de Coordenação das ONGs: [African Sex Worker Alliance](#), África do Sul; a [ITPC \(acrónimo para Coligação Internacional de Preparação e Tratamento\)](#), Tailândia; e a [GESTOS](#), Brasil. Eles vão substituir a [Aliança da SIDA e Direitos para a África Austral \(ARASA\)](#), Namíbia; [Rede de Trabalhadores do Sexo da Ásia-Pacífico \(APNSW\)](#), Tailândia; e a [Corporação Kimirina](#), Equador.

Segmento temático: O VIH e a Implementação de Sistemas Jurídicos

O dia temático começou com algum tempo de preparação em grupos e depois realizaram-se as audições em plenário em torno de três aspetos da implementação de sistemas jurídicos: o direito, a aplicação da lei e o acesso à justiça. Dois Comissários da Comissão Global sobre o VIH e o Direito,

Michael Kirby e Prasada Rao, presidiram, e Riz Khan, jornalista que tem trabalhado para a BBC, a CNN e o canal Al Jazeera, moderou. Muitos Estados-Membros, os Observadores da Sociedade Civil, os membros do Grupo de Referência dos Direitos Humanos da ONUSIDA, bem como os Delegados, deram um [testemunho forte](#), que apoiaram as conclusões do Relatório das ONGs. Todos os testemunhos dos Observadores da sociedade civil podem ser [encontrados no site da Delegação](#), incluindo o vídeo de [Robert Suttle](#) e [Nick Rhoades](#) em que falam das suas próprias perseguições por não divulgação do seu estatuto de seropositividade para o VIH.

Reuniões paralelas

[Relatório do Grupo Consultivo da ONUSIDA sobre o VIH e o Trabalho do Sexo](#)

O Delegado das ONGs para África, juntou-se aos outros oradores para lançar oficialmente o relatório sobre o VIH e o trabalho do sexo, o que complementa a Nota de Orientação sobre o VIH e o Trabalho do Sexo de 2009 da ONUSIDA. O relatório faz uma quantidade de recomendações para a ação nas áreas de: ambiente político e jurídico e os direitos dos trabalhadores do sexo; mudança do foco estratégico de redução da procura de trabalho de sexo para reduzir a procura de sexo pago sem proteção; distinção entre o trabalho do sexo e o tráfico, e a capacitação económica.

Fundo Global

O Dr. Akram Ali Eltom, Diretor da Unidade de Parcerias do Fundo Global, apresentou o quadro, incluindo as clarificações, características chave e calendarização, do [Mecanismo de Financiamento Transitório \(MFT\)](#) - um modelo de financiamento de emergência, que substitui o Ciclo 11, para assegurar financiamento e dar continuidade aos serviços de prevenção essencial, tratamento e/ou cuidados. Os debates centraram-se no que constitui os "serviços essenciais" - um conceito sobre o qual vão ser tomadas decisões de Grants (subvenções). Os candidatos têm até 31 de março de 2012 para apresentarem as suas propostas. Todos os documentos relevantes podem ser encontrados no [Site do Fundo Global](#).

A Delegação das ONGs levantou questões acerca do impacto do MFT na continuação do trabalho realizado pela sociedade civil que é atualmente apoiado pelo FG. A Delegação reconheceu o papel significativo que a ONUSIDA irá desempenhar tanto a nível global com a nível nacional, na qualidade de parceiro técnico nos próximos meses, quando as subvenções forem reprogramadas e renegociadas. A Delegação também se dirigiu aos representantes da sociedade civil sobre o conselho do Fundo Global para sugerir o agendamento de uma reunião de emergência com os especialistas técnicos, incluindo os parceiros externos e a sociedade civil, para chegarem a um acordo sobre as definições dos serviços "essenciais" e "não essenciais".

No próximo mês, as [Equipas de Ação da Sociedade Civil](#) de todo o mundo vão convocar uma reunião de estratégica para debater como a assistência técnica pode ser mais bem entregue às organizações da sociedade civil no contexto do novo quadro.

INPUD

A Rede Internacional de Pessoas que Usam Drogas realizou uma reunião paralela sobre "O VIH, o Uso de Drogas e o Sistema Jurídico", que prolongou a conversa que se iniciou no relatório das ONGs. Oradores da Rússia e do Afeganistão descreveram dois exemplos extremos e compararam com uma história de esperança em Portugal, em que as alterações nas políticas para as drogas levaram a uma redução nas taxas de VIH em mais de 50%

CAPRISA

O Dr. Quarraisha Abdool Karim e o Dr. Salim Abdool Karim do Centro para o Programa de Investigação da SIDA (CAPRISA), na África do Sul, [apresentaram os resultados dos seus ensaios clínicos](#) de um gel microbicida contra o VIH para mulheres e falaram de outros tratamentos potenciais como forma de prevenção

[CrowdOutAIDS](#)

CrowdOutAids é um projeto de colaboração com o objetivo de gerar contributos dos jovens para o desenvolvimento da Estratégia de Liderança da Nova Geração da ONUSIDA. TO projeto incluiu fóruns com moderadores, online e offline, sobre políticas e realizados em 7 línguas. Está dividido em 4 fases - Ligar, Partilhar, Encontrar e Ação Coletiva - o projeto já está a entrar numa terceira fase, com mais de 20.000 jovens envolvidos nos debates desde o seu início e 250 organizações lideradas por jovens empenhados em implementar a nova estratégia. Prevê-se que um resumo dos debates das políticas seja lançado no final de janeiro de 2012.

Lembrete: O que é o PCB, mais uma vez?

O Conselho de Coordenação do Programa (PCB) é o organismo administrativo da ONUSIDA. É constituído por 22 Estados-Membros com direito a voto, 10 Co-patrocinadores da ONU que constituem o programa da ONUSIDA e 1 Delegação das ONGs (constituída por 1 delegado e 1 Alternante de cada um dos 5 continentes). Por favor, visite o nosso site em <http://www.unaidspcbngo.org> para ver todas as apresentações, [pontos de decisão](#) e pontos de discussão.